

IS Working Papers

3.ª Série, N.º 74

*Quando a mulher negra
subalterna fala: diálogos
entre Gayatri Chakravorty
Spivak e Carolina Maria
de Jesus*

Francisco Rômulo do Nascimento Silva
Patrícia Maria Apolônio de Oliveira

Porto, novembro de 2018

Quando a mulher negra subalterna fala: diálogos entre Gayatri Chakravorty Spivak e Carolina Maria de Jesus

Francisco Rômulo do Nascimento Silva

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Laboratório de Estudos da Conflitualidade (COVIO), Brasil
E- mail: romulofilosofo@gmail.com

Patrícia Maria Apolônio de Oliveira

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Laboratório de Estudos da Conflitualidade (COVIO) e Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão em Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU), Brasil
E- mail: patriciamariam2010@hotmail.com

Submetido para avaliação: agosto de 2018/ Aprovado para publicação: novembro de 2018

Resumo

Quando a mulher negra pode falar? As representações sociais produzidas pelo mundo imperialista redundam na imagem do sujeito triplamente subalternizado: mulher, negra e pobre. É aquela que foi negada do direito a falar e escutar, ou seja, a mulher negra sentenciada ao lugar de subalternidade. A partir das reflexões e diálogos entre mulheres escritoras dos ditos países em desenvolvimento, temos como objetivo discutir como estas elaboram uma representação sobre si mesmas, a partir de um debate de subjetividade contemporânea, até então centrada na episteme ocidental, para outro *lugar* do saber. Neste trabalho, iremos propor uma reflexão sobre a representação construída da mulher negra da periferia brasileira, não pelos olhos do sujeito branco, *cis* e hétero, evidenciado pela expressão: “homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (Spivak, 2010: 119), mas antes pela construção discursiva da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus na obra de sua autoria, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (2014). Carolina Maria de Jesus encontra seu poder de fala a partir de sua escrita sobre o cotidiano vivenciado nas favelas brasileiras, no intuito de elaborar conexões com as contribuições trazidas por Gayatri Chakravorty Spivak, crítica e teórica indiana, e sua obra *Pode o Subalterno Falar?* (2010). Portanto, nosso trabalho visa um encontro com a escrita dessas duas autoras, a fim de trazer para o foco das discussões a mulher negra como um sujeito de agência e que almeja formas de corromper a subalternidade imposta.

Palavras-chave: mulher negra, estudos subalternos, Gayatri Chakravorty Spivak, Carolina Maria de Jesus.

Abstract

When can the black woman speak? Social representations produced by the imperialist world result in the image of a subject three times subaltern: woman, black and poor. The right to speak and to listen was denied to her, in other words, the black woman was sentenced to a place of subalternity. Based on reflections and dialogues between women writers of so called developing countries, we have the goal of discussing how they elaborate a representation about themselves, from the debates of contemporary subjectivity, hitherto centered in Western episteme, as *another* place of knowledge. In this work we will propose a reflection on the constructed representation of the black woman of Brazilian urban peripheries, not by the eyes of the white, cis and heterosexual subject, as evidenced by the expression 'white men are saving women with dark skin of dark skinned men' (SPIVAK, 2010: 119), but instead in the discursive construction of Brazilian writer Carolina Maria de Jesus and in her work 'Quarto de Despejo: diário de uma favelada' (2014). Carolina Maria de Jesus finds her speaking power in her writing about the daily life in the Brazilian favelas is highlighted to make connections with the contributions brought by Indian critic and theorist Gayatri Chakravorty Spivak, and her work 'Can the Subaltern Speak?' (2010). Therefore, our work aims for the writings of these two authors to meet, in order to bring the black woman to the focus of discussions as a subject of agency, and one who seeks ways to corrupt the imposed subalternity.

Keywords: Black woman, subaltern studies, Gayatri Chakravorty Spivak, Carolina Maria de Jesus.

Introdução

A História do Brasil foi uma História escrita por mãos brancas. Tanto o Negro quanto o Índio, isto é, os povos que viveram aqui juntamente com o branco, não têm sua História escrita [ainda].

Beatriz Nascimento

Gayatri Chakravorty Spivak nasceu em 24 de fevereiro de 1942, 75 anos, Calcutá, Índia. É atualmente professora do Departamento de Inglês e Literatura Comparada da Universidade Columbia, Nova Iorque. Doutorou-se em Literatura Comparada pela Universidade Cornell e concentra seus estudos acadêmicos, principalmente, nas áreas do feminismo, marxismo, desconstrução e globalização. É autora de “A critique of Postcolonial Reason: Towards a History of the Vanishing Present” (1999), “Death of a Discipline” (2003), “Other Asias” (2005), entre outras obras. Entretanto, foi reconhecida primeiramente pela tradução “Gramatologia”, de Jacques Derrida, e por desenvolver trabalhos de desconstrução. A autora transita por diversas áreas do conhecimento, com destaque para a publicação de sua autoria em português, no Brasil, da obra: “Pode o subalterno falar”? ([1985], 2010). Crítica e com base marxista, pós-estruturalista e com fortes demarcações desconstrucionistas, aliada às posturas teóricas do feminismo contemporâneo, do pós-colonialismo e das teorias do multiculturalismo e da globalização (Almeida, 2010).

O projeto teórico-político de Spivak está relacionado com uma necessidade biográfica de desfazer “o duplo lugar” de fala dos subalternos nos âmbitos sociocultural, político e histórico, tratando-se do lugar destinado à mulher, num país colonizado. O objetivo central da autora é discutir a capacidade do subalterno de se representar, para isso, ela propõe transportarmos a condução do debate pertinente à subjetividade feminina contemporânea, para além da questão epistemológica e da dominância do “fazer-se conhecimento” e conhecimento dominante. Partindo do pressuposto teorizado por Spivak, que *ser subalterno* não é uma identidade, mas sim uma posição, compreendemos que esta situação ontológica de “não-sujeito” pode mudar, isto é, as pessoas podem deixar de ser subalternizadas. Neste artigo, portanto, intentamos analisar as representações da mulher negra da periferia brasileira pela escrita e pelo olhar da escritora brasileira, Carolina Maria de Jesus. Esta escritora usa as reflexões de Gayatri Chakravorty Spivak, crítica e teórica indiana.

Subalternos: quem são?

A apropriação do termo “subalterno” não pode ser usada para se referir a todo e qualquer sujeito marginalizado. Spivak retoma o significado em Antônio Gramsci (2011): o sujeito subalterno é aquele cuja voz não pode ser ouvida. Isto é, as camadas da sociedade enquanto categoria alijada do poder. Entretanto, a autora questiona a ênfase dada por Gramsci na autonomia do sujeito, enquanto premissa essencialista, daí a preocupação da mesma em teorizar sobre um subalterno, que não pode ser visto como categoria homogênea.

A palavra permitido é importante nesta análise, uma vez que não houve predisposição da elite local em priorizar a escuta relativa à fala dos sujeitos subalternos. Esta posição continua a ser a mesma, uma vez que existe uma subalternização constante, especialmente durante esse período de reestruturação econômica, denominado “capitalismo socializado” (Spivak, 2010: 29). A subalternização é quase automática. Ser subalterno não é uma identidade, é uma posição. Portanto, as pessoas podem deixar de ser subalternizadas: subalterno é sempre aquele que não pode falar, pois, se o fizer, já não o é. Em outras palavras, o ato de discurso não estava autorizado a ser concluído.

Ao questionar se o subalterno pode falar, uma das preocupações centrais de Spivak é desafiar os discursos hegemônicos assentes no pensamento eurocêntrico tido como universal, abrangendo nossas crenças como leitores, produtores de saber e do conhecimento. Seu intento concentra-se na teoria crítica como uma prática intervencionista, engajada e contestadora, a partir das possíveis condições de fala e escuta do subalterno.

Este texto se deslocará, por uma rota necessariamente tortuosa, a partir de uma crítica aos esforços atuais do Ocidente para problematizar o sujeito, em direção à questão de como o sujeito do Terceiro Mundo é representado no discurso ocidental. Ao longo deste percurso, terei a oportunidade de sugerir que uma descentralização ainda mais radical do sujeito é, de fato, implícita tanto em Marx quanto em Derrida. E recorrerei, talvez de maneira surpreendente, ao argumento de que a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente (Spivak, 2010: 24)

É possível apontar, na obra de Spivak, três objetivos específicos, a saber: primeiro, sugerir a descentralização do subalterno de forma mais radical, possibilidade teórica e política implícita em Karl Marx (2011) e em Jacques Derrida (1973); em seguida, criticar e mostrar a cumplicidade da produção intelectual aos interesses econômicos internacionais do Ocidente e, por fim, analisar as relações entre os discursos do

Ocidente e a possibilidade da fala, ou pela fala de outrem, da mulher subalterna indiana: análise do ritual sacrificial de viúvas, o Sati.

Spivak apresenta um dos objetivos centrais, a crítica radical aos esforços atuais do Ocidente na problematização do sujeito, isto é: como o Sujeito do Terceiro¹ Mundo é representado no discurso Ocidental? Homi Bhabha, na obra, *O Local da Cultura* (2013), em consonância com a teoria literária, campo da linguística, propõe uma construção intelectual e política de uma nova episteme do Sul, uma nova ciência, ou seja, uma epistemologia reflexiva, cuja pauta priorize a voz dos subalternos. Para isso, os críticos pós-coloniais irão não somente questionar a episteme eurocêntrica, mas também a Historiografia Oficial posta pelo Ocidente. Quais matrizes discursivas estão calcadas no conhecimento Eurocêntrico? De que maneira, a partir desta proposta de ruptura epistêmica hegemônica, podemos escrever uma nova historiografia?

A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos híbridos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. O “direito” de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência da tradição; ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contraditoriedade que presidem sobre as vidas dos que estão “na minoria” (Bhabha, 2013: 21).

Na esteira dos estudos pós-coloniais, Homi Bhabha frisa a precariedade existente na autoridade cultural concernente a estes sujeitos. Na tradição cultural, portanto, toda cultura é híbrida. Os estudos pós-coloniais almejam promover precisamente a desconstrução dos essencialismos, diluindo as fronteiras culturais transmitidas pelo colonialismo, assim como pelas lutas anticoloniais. O momento de “hibridação” é caracterizado por um deslocamento, o “terceiro espaço”: instante em que o caráter construído e arbitrário das fronteiras culturais fica revelado. Isso ocorre quando os signos são postos fora de seu lugar habitual, isto é, do seu referencial no espaço e no tempo ainda em movimento, ou seja, não foram inscritos em um sistema de representação totalizante. Nesta perspectiva, assim como a cultura dos países periféricos é heterogênea, a dos países centrais de cultura dominante não é diferente. É através desta situação em que estes últimos, inclusive, anunciam a autoridade.

¹ A expressão “Terceiro Mundo” é mantida por fidelidade à autora.

O problema da representação

De acordo com Spivak, tomando como base a obra “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” de Karl Marx, ao discutir o “princípio estrutural de um sujeito de classe disperso e deslocado” (2010: 43), a palavra “representação” nem sempre foi usada como uma palavra, mas sim com duas distinções. Uma era *Vertretung*, trata-se da “representação no contexto político”, isto é, um representante, característico da representação estrutural democrática. A outra é *Darstellung*, “conceito filosófico da representação como encenação ou, de fato, significação, que se relaciona com o sujeito dividido de uma forma indireta” (idem: 52), significando descrição, e uma representação não democrática. A primeira seria “falar por”, como acontece no âmbito da política, e a segunda, como “re-presentação”, como deriva na arte e na filosofia, isto é, tornar-se presente.

Por exemplo, o problema apresentado tem seu caráter identitário: há organizações políticas que votam em nome de bandeiras étnicas, de gênero e etc. e eliminam o conceito de “classe”, de modo que, as lideranças de um “grupo de identidade” se apresentam sem qualquer tipo de decisão estrutural e se enunciam porta-vozes de todo um grupo. A crítica não é a identidade do outro, que possa exercer representatividade e domínio, o problema é com pessoas de uma classe superior, sendo re-presentadas, tornar-se presente, como iguais ao grupo de identidade, quando há diferenças de classe claras dentro dela. Quanto à impossibilidade de representação, na realidade, isso não parece ser a principal preocupação de Spivak.

Conforme Spivak (2010), em *Os Intelectuais e o Poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze* (2008) falaram de representação, mas não levaram em conta que, para Marx, que também falou em termos da classe trabalhadora, a “representação” não era expressa por uma palavra, mas sim como duas palavras com distintas significações. Em termos de saber, essa representação é exposta enquanto perspectiva de determinada classe, a dominante, caracterizando uma violência epistemológica, abordada no tópico seguinte.

Violência epistémica

O projeto hegemônico que constrói o sujeito colonial como o Outro é aqui referenciado como o mais claro exemplo de violência epistémica. A autora diz que é preciso questionar a posição do intelectual pós-colonial, explicitando que nenhum ato de resistência pode incorrer em nome do subalterno sem que o mesmo esteja imbricado no discurso hegemônico.

O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade. É bem conhecido que Foucault localiza a violência epistêmica - uma completa revisão da episteme - na redefinição de sanidade no final do século XVIII europeu. Mas, e se essa redefinição específica tiver sido apenas uma parte da narrativa da história na Europa, assim como nas colônias? E os dois projetos de revisão epistêmica funcionavam como partes descoladas e desconhecidas de uma vasta máquina operada por duas mãos? [...] Não se trata de uma descrição de “como as coisas realmente eram” ou de privilegiar a narrativa da história como imperialismo como a melhor versão da história. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas (Spivak, 2010: 60-62).

Dessa forma, Spivak desvela o lugar incômodo e a cumplicidade do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência. Agir dessa forma, a autora argumenta, é reproduzir as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido. Spivak alerta, portanto, para o perigo de se constituir o subalterno apenas como objeto de conhecimento por parte de intelectuais que almejam serem meros porta-vozes do Outro.

Spivak, porém, ressalta a ausência desse caráter dialógico na fala do subalterno. Da mesma forma, o processo de auto-representação do sujeito subalterno também não se efetua, pois o ato de ser ouvido não ocorre. A autora remete ao facto da fala do subalterno e do colonizado permanecer intermediada pela voz de outrem, situada em posição de reivindicar algo em nome de um(a) outro(a). Esse argumento, destaca, acima de tudo, a ilusão e a cumplicidade do intelectual que crê poder falar por esse Outro. Segundo Spivak, a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar e para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a). Para ela, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar “contra” a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido.

Gayatri Spivak (2010) apresenta baseada nos estudos subalternos do historiador Ranajit Guha (1922), o grupo intermediário ou “amortecedor” no interior dos países pós-coloniais. São sujeitos que se colocam entre o povo e os grandes grupos dominantes da macroestrutura. Este grupo intermediário pode ser chamado de “entre-lugar”. A atribuição que o filósofo desconstrutivista Jacques Derrida descreveu como um “antre”.

Nos estudos subalternos, devido à violência da inscrição epistêmica imperialista, social e disciplinar, um projeto compreendido em termos essencialistas deve trafegar em uma prática textual radical de diferenças. O objeto de investigação do grupo - neste caso, nem mesmo do povo como tal, mas da zona intermediária ou amortecedora flutuante da elite-subalterna regional - é um desvio de um ideal - o povo ou os subalternos -, os quais são definidos como uma diferença da elite (Spivak, 2010: 76).

Os intelectuais dos estudos das subalternidades, portanto, propõem uma nova historiografia a partir da voz do Subalterno. Portanto, assumem uma perspectiva da desconstrução: como o subalterno aparece na Historiografia Oficial? No caso do Brasil pós-colonial sob duas perspectivas: violento ou sedicioso (o negro) e como preguiçoso (o índio).

Outra crítica dos Estudos Subalternos é que a Historiografia Oficial produziu os vazios epistêmicos, onde não há voz não existe sujeito ou são sujeitos violentos, preguiçosos, sediciosos. Isto é, um não-sujeito de um não-lugar. Daí, portanto, segundo Spivak, a necessidade de uma Epistemologia do Sul. Uma epistemologia pautada no subalterno. Para a autora é preciso romper com a base eurocêntrica histórica e sistematicamente imposta através da *Matriz Colonial Saber/Poder*. Visto que o controle não opera somente no campo da economia, mas na política, no judiciário, e, sobretudo, na Ordem do Discurso. Falar de outra Historiografia, portanto, é atribuir poder.

Spivak, entretanto, vai dizer que mesmo os teóricos do pós-estruturalismo não saem do seu lugar epistêmico eurocêntrico. Os proponentes da desconstrução deste Sujeito hegemônico são: homem-branco-hétero-europeu-cristão. Ela radicaliza através de uma completa ruptura epistemológica. A crítica da autora refere-se a compreensão deste lugar do conhecimento organizador, isto é, a própria base do conhecimento. Como este conhecimento da Historiografia Oficial se estrutura cognitivamente?

O Brasil, por exemplo, conserva resquícios coloniais, por isso ele se encaixa no que Spivak vai chamar de países do “Terceiro Mundo”, os de “fora” - os não desenvolvidos. A teoria de Foucault não se aplica ou não deve ser tomada como referência para pensar as sociedades que estão fora da lógica do progresso/moderno. Ou seja, os “condenados da terra” (Frantz Fanon, 1968) estão esperando eternamente pelo cumprimento da promessa de sermos desenvolvidos, civilizados, modernos.

Isso é, portanto, nas palavras de Frantz Fanon “qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada” (2008: 103). É preciso produzir uma epistemologia historiográfica aliada a uma etnografia compreensiva dos sujeitos, por exemplo. Não é falar por elas, mas a partir da fala delas. É preciso criar condições para que a voz do subalterno seja ouvida, pois a medida que sua voz é ouvida ele já não o é.

A mulher do terceiro mundo

A mulher do Terceiro Mundo, para Spivak, ocupa um lugar de subalternação extremo. Antes de qualquer reflexão para tentar explicar essa afirmação faz-se necessário esclarecer que a autora relata a situação experienciada pelas viúvas indianas e a relação com o Sati, um ritual de sacrifício destas mulheres, proibido pela intervenção da colonização europeia. A autora enquanto intelectual indiana, se lança na busca de questionar um processo social no qual ela também está inserida. Isso significa que existem esforços de renunciar uma tendência da geopolítica do primeiro mundo em representar no outro uma subalternidade.

Nas suas reflexões, a autora questiona onde está a fala das viúvas indianas, ou melhor quando essas mulheres serão ouvidas? Desta forma a questão central para ela concentra-se no ato de escuta, pois há uma preocupação por parte da elite hindu e europeia em manter um constante processo de subalternização, ou seja, o silenciamento dessas mulheres. Para a autora, a subalternização se evidencia principalmente se for levada em consideração a pobreza, a raça e o gênero. Logo, a mulher pobre e negra! A lógica capitalista que classifica pessoas entre primeiro e terceiro mundo, situa essas mulheres como a camada mais vulnerável em amplos aspectos sociais, políticos e culturais.

Na tentativa de transpor as reflexões feitas por Spivak para a realidade brasileira devemos situar algo que ela deixa explícito em seu trabalho: o “ser mulher” não pode ser pensado de forma homogênea, ainda mais quando pensamos em identidades plurais. Desta forma, importa entender que as relações sociais estão impregnadas dos vínculos de raça, classe e gênero relacionando formas de opressão ligadas a essas três dimensões.

A distinção do indivíduo apenas como mulher não abrange as multiplicidades de opressões que podem existir se levarmos em conta a interseccionalidade dessas três dimensões. Segundo a autora (2010), a mulher de cor traz em si todas essas opressões e eles são determinantes nas suas vidas e nos seus processos identitários.

Relativo às identidades, Spivak relaciona representações com processos sociais, culturais e políticos, implicados por relações de poder, partindo dos sistemas simbólicos que têm a função de classificar o mundo social, em uma concepção relacional e assimétrica. Sendo assim, ela acredita que não há uma identidade do subalterno, mas sim uma posição de subalternidade imposta a grupos sociais marginalizados, como mulheres negras ou as viúvas indianas. Entretanto, quando se atribui posição e não identidades, chegamos à conclusão da possibilidade de

mudanças desse lugar, para isso faz-se necessária uma tomada de consciência da mulher subalterna.

Embora, esta transposição não possa ocorrer por meio de uma representação, isso significa que não é papel do intelectual “falar em nome de”, uma vez que, falar em nome de alguém, e no caso de mulheres em posição de subalternidade, implica na manutenção do status de silenciamento do outro. Logo, o ato de resistência apontado por Spivak, propõe uma mudança de posicionamento da subalternidade, tarefa do intelectual pós-colonial de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar e ser ouvido, privilegiando as experiências associadas às identidades dessas mulheres.

Portanto, as identidades das mulheres em posição de subalternidade sugerem o diálogo entre autores que elaboram a construção do gênero e da identidade como condições e questionamentos relativos à noção essencializada do sujeito mulher, considerando os limites constitutivos de um processo de subjetivação perante uma relação de poder interseccional entre a raça, a classe e o gênero.

A subjetivação da subalternidade é ancorada nos processos de opressões de uma sociedade capitalista, racista e colonialista impondo às mulheres uma luta para além do binarismo dos gêneros, sugerindo que a universalidade desta categoria se constitui como um problema, pois ela impõe barreiras para uma compreensão das relações entre raça e gênero/sexo. Portanto, a identidade tratada pela autora no seu texto é pensada como um ato político, que adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representados.

Sendo assim é necessário atribuir ao sujeito subalterno o poder de falar e de se ser ouvido, não incorrendo em algo que a autora denuncia ao criticar a proibição do Suttee/Sati, o ato de “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”. Não há como outorgar uma salvação por parte do colonizador na lógica de silenciamento do subalterno e nem um apoio aos pensamentos de imposição patriarcal da sociedade hindu, mas uma falta da escuta e a desvalorização das experiências trazidas por essas mulheres, postas numa posição de subalternidade. Da mesma forma remete a imagem da mulher negra, denunciada por Lélia Gonzalez: “mulher negra, naturalmente é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (1983: 226), transformadas em abjetos naturalizados para essas funções, pautada na lógica do colonizador não permissível a transposição desse lugar.

O lugar da fala de mulheres negras – autoconstrução de carolina maria de jesus

A questão da subalternidade no Brasil não se vincula apenas a um problema do gênero, mas a toda uma estrutura social atravessada pelo racismo que impõe que as mulheres negras sejam um ser em constante processo de “silenciamento”. Não é de hoje que ouvimos que mulheres negras formam a base da nossa pirâmide social (Bairros, 1995; Carneiro, 2003; Davis, 2016), ou seja, temos também a dimensão da classe como elemento de distinção das desigualdades, logo, tal constatação da margem às dificuldades sofridas também no acesso negado aos espaços de valorização de suas falas, como universidades, grupos políticos, mídia, entre outros. Como achar natural a ausência de mulheres negras ocupando lugares de poder? Em qual lugar está essa representatividade? Quantas vezes na vida vocês já escutaram um discurso de mulheres?

Certamente, a escassez dessas mulheres não tem origem na incapacidade destas em ocupar lugares de liderança ou representatividade, mas numa estrutura social trançada pelas opressões de gênero, de raça e classe. Portanto, tal lógica da subalternização nega a fala das mulheres negras, sendo legitimada pelos processos imperialistas. No entanto, romper o silêncio é necessário, e no decorrer da nossa história muitas mulheres negras ultrapassaram as barreiras sociais entre o falar e serem ouvidas, e hoje são referências devido à coragem, nos movendo a falar através das suas histórias e escritos, como são os casos de: Dandara dos Palmares, Anastácia, Luiza Mahín, Aqualtune, Maria Felipa De Oliveira, Maria Aranha, Maria Beatriz do Nascimento, Viviane dos Santos Barbosa, Katemari Rosa, Lélia Gonzalez, Luiza de Barros, Conceição Evaristo, entre tantas outras.

Carolina Maria de Jesus é uma dessas mulheres negras, catadora de papel, moradora de uma favela e escritora. Através dos seus escritos produziu, para além, da uma autobiografia, um panorama sobre a condição de vida de muitas mulheres em igual posição. A mineira Carolina Maria de Jesus nasceu no interior de Minas Gerais em 1914, e faleceu em 1977, no interior de São Paulo, aos 62 anos. Carolina aprendeu a ler e escrever quando criança, no entanto o processo de alfabetização escolar foi interrompido por causa dos trabalhos que realizou como doméstica. Ainda assim, ela nunca deixou de estudar e escrever.

Vinda de Minas aos 23 anos chegou à cidade São Paulo no auge das reformas urbanísticas, fomentada por uma política gestora que dividia a cidade entre ricos e miseráveis, aos últimos era designado a favela como única alternativa de moradia e com Carolina não foi diferente. Moradora da favela do Canindé, com os seus três filhos

e para seu sustento e de sua família, trabalhou de catadora de papel, na tentativa de fugir do seu grande temor, daquilo que considerava a escravatura atual, a fome. Até aqui a história de Carolina parece-se com tantas mulheres negras, que vivem em situação de miséria e subalternização no contexto urbano brasileiro. Entretanto, Carolina, a partir da posição de subalterna que se encontrava, assumiu, sobre si mesma, um processo de construção discursiva sobre seu cotidiano, onde ela é protagonista a partir dos seus escritos, que se tornaram verdadeiras fotografias sociais, contrariando o silêncio imposto pela propaganda governamental de progresso na gestão do então presidente Juscelino Kubistchek. Ao discorrer sobre seu trabalho de catadora de papel e sobre sua vida cotidiana na favela, ela criticava a lógica vigente, definida dessa maneira nas suas palavras: "...Eu classifico São Paulo assim: O palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos" (Jesus, 2014: 32).

No seu livro "Quarto de despejo"², produzido a partir de uma compilação de mais de 140 diários, Carolina denunciava as desigualdades vividas por ela e pelos moradores das favelas e refletia sobre seu lugar no mundo. A experiência da escrita ampliou a construção do sentido do sujeito: mulher, negra, favelada, escritora, mãe e catadora; sem o intermédio de uma terceira pessoa, ilustrada na voz do homem branco, salvador de mulheres da pele escura³. No seu livro, Carolina não está preocupada com a escrita sem erros de português e nem construir um tratado sobre mulheres negras e/ou faveladas, seu único compromisso é a libertação das rotinas de cansaço para "driblar" a fome, e apenas escrever como atividade visceral.

Como uma favelada pode subverter a ordem da subalternização? Quando, Spivak, afirma que "não há nenhum espaço a partir do qual o sujeito sexuado possa falar (2014: 160), Carolina rompe essa lógica ao produzir uma fala que vai ecoar no mundo e trazer essa mulher negra ao lugar de agente, o lugar da fala, que desmistifica a imagem pré-fabricada das mulheres negras, como aquelas de imenso apetite sexual, que trabalha sem reclamar, de vida fácil, entre outros estereótipos. Em Quarto de Despejo, a autora retrata seu dia-a-dia, rompendo o estigma da subalternidade, oferecendo ao leitor uma outra perspectiva sobre sua condição, produzindo sobre si um enunciado que nega tudo que já foi escrito por homens brancos sobre mulheres negras.

² Título faz menção a essa sensação de que a favela era vista com um lugar de despejo, e também retrata a forma como na gestão do governo do então presidente Juscelino Kubitschek, milhares de pessoas pobres foram colocadas em situação de favelização, na tentativa de higienizar a cidade de São Paulo.

³ Parafraseando a sentença elaborada por Spivak "homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura" (2014: 18 - 19).

No entanto, não é suficiente a fala para mulheres negras ou mulheres em situação de subalternidade, mas imprescindível a escuta, objetivando compreender o lugar de elaboração da fala. Essa validação da fala não poder existir sem a experiência e por esse motivo os escritos de Carolina Maria de Jesus são considerados tão ricos e capazes de inverter uma lógica pré-determinada pelo homem branco. Nesse estágio, portanto, encontra-se uma das maiores dificuldades em transgredir a subalternidade, imprescindível no exercício da escuta do Outro, como uma fala legítima, caso contrário, permanece a estrutura social, histórica e de produção do saber sob a égide do branco, heterossexual, cis, cristão e privilegiado pelas estruturas de poder.

Logo, como afirma Djamila Ribeiro, é necessário a escuta por parte de quem sempre foi autorizado a falar (2017: 78), a existência dessa barreira entre fala e escuta recai muitas vezes nos incômodos trazidos pela fala dos subalternizados, e assim silenciados. Portanto, o lugar de fala de mulheres negras chega como narrativas do desconforto, legitimamente necessário na ruptura do silêncio produzido pela lógica da subalternização. É esta a grande mensagem da autora Carolina: a fala que anseia ser escutada.

“... Passei a tarde escrevendo. Lavei todas as roupas. Hoje eu estou alegre.” (Jesus, 2014: 190)

Considerações finais

A condição de subalternidade é a condição do silenciamento, portanto, da invisibilidade. Pois, conforme Frantz Fanon, “falar é existir absolutamente para o outro” (2008: 33), sendo por esta razão que Spivak, através de seus escritos, constrói uma narrativa relacionada com a sua vida, a sua autobiografia, isto é, partindo do seu lugar de fala subalterna que lhe foi imposto desde criança, enquanto mulher nascida num país colonizado. Mais do que falar, o sujeito subalterno deseja ser ouvido efetivamente. Portanto, a importância da criação e do acesso a espaços de escuta qualificada nos mais diversos lugares propõe uma pauta alicerçada a um projeto de poder. Isto é, aqueles e aquelas que não eram ouvidos, passam a ecoar a sua voz e, principalmente o seu ser, a sua identidade, sem mediações (Cf. Santos & Guerra, 2017).

Nesta perspectiva, autoras como Maria Carolina de Jesus é vista como transgressora dessas lógicas produzidas pelo imperialismo em países considerados de Terceiro Mundo. Pois, a autora realiza em seu ato de autobiografar-se um deslocamento da ideia de subalternização, produzindo um outro lugar de reflexão sobre a condição imposta. Portanto, Spivak (2010) ao qualificar a mulher de cor como a subalterna da subalterna, afirma que existe uma divisão que atravessa a classe, o gênero e raça dentro do discurso do colonizado. Neste sentido, a voz da mulher negra em situação de

subalternização precisa ser ouvida sem intermédio da voz de outrem que se coloca em posição superior de reivindicar algo em nome dela, assim o exercício não é o dar a voz e sim de permitir a fala das mesmas e quando ela assim o fizer, possa ser ouvida. Assim o caminho trilhado por mulheres como Maria Carolina de Jesus, inauguram uma nova formulação nos estudos dos feminismos negros, ilustrativo nas publicações de autoras contemporâneas como Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Grada Kilomba entre outras escritoras negras, iniciam suas reflexões situando o lugar de fala, como o espaço da experiência, da narrativa e da memória.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Sandra Regina Goulart (2010). Prefácio – Apresentando In Spivak, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bhabha, Homi K. (2013). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bairros, Luiza (1995). Nossos feminismos revisitados. *Estudos feministas*, 3(2), 458.
- Carneiro, Sueli (2003). Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, 17(49), 117-133.
- Carvalho, José Jorge de (2001). O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes antropológicos*, 7(15), 107-147.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Derrida, Jacques (1973). *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva. Ed. da Universidade de São Paulo.
- Fanon, Frantz (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Belo Horizonte: SciELO-EDUFBA.
- Fanon, Frantz (1968). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Foucault, Michel (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Gramsci, Antonio (2011). *¿Que Es La Cultura Popular?* Valencia: Universidad Valencia.
- Silva, Lélia (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje, Movimentos sociais e urbanos, minorias étnicas e outros estudos*, 2.
- Jesús, Carolina Maria de (1960). *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Marx, Karl (2011). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- Ribeiro, Djamila (2018). *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento Editora e Livraria LTDA.
- Santos, Tiago Teles & Guerra, Paula (2017). From punk ethics to the pedagogy of the bad kids: core values and social liberation. In Smith, Gareth Dylan; Dines, Michael; Parkinson, Tom (eds.) – *Punk Pedagogies: Music, culture and learning*. Londres: Routledge.

Spivak, Gayatri Chakra Orty (2010). *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

IS Working Papers

3.^a Série/3rd Series

Editora/Editor: Paula Guerra

Comissão Científica/ Scientific Committee: João Queirós, Maria Manuela Mendes, Sofia Cruz

Uma publicação seriada *online* do
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Unidade de I&D 727 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

IS Working Papers are an online sequential publication of the
Institute of Sociology of the University of Porto
R&D Unit 727 of the Foundation for Science and Technology

Disponível em/Available on: http://isociologia.pt/publicacoes_workingpapers.aspx
ISSN: 1647-9424

IS Working Paper N.º 74

Título/Title

“Quando a mulher negra subalterna fala: diálogos entre Gayatri Chakravorty Spivak e Carolina Maria de Jesus”

Autores/Authors

Francisco Rômulo do Nascimento Silva e Patrícia Maria Apolônio de Oliveira

Os autores, titulares dos direitos desta obra, publicam-a nos termos da licença Creative Commons “Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha” nos Mesmos Termos 2.5 Portugal (cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).